

Relator da reforma na Câmara diz que tentará recuar IVA para 26,5%

Segundo o Ministério da Fazenda, mudanças feitas pelas duas casas do Legislativo empurraram tributo a 28%

DE BRASÍLIA

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), relator da regulamentação da reforma tributária na Câmara, disse ontem que trabalhará para respeitar a trava de 26,5% para a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), depois que o projeto passou pelo Senado e agora retorna para nova análise da Câmara.

“Temos que preservar pelo teto da alíquota padrão no Brasil, nós colocamos um teto, o teto é 26,5%. O mais importante, na minha opinião, é garantir uma reforma que não ultrapasse essa trava de 26,5% de imposto sobre consumos e serviços”.

Com a reforma, o IVA, com uma alíquota-padrão, vai incidir sobre todos os bens e serviços, porém, o Congresso tem definido isenções ou descontos, por exemplo, de 50% a 60% sobre o IVA. Isso empurra para cima a alíquota-padrão para compensar a receita que não será cobrada do que foi beneficiado.

O Ministério da Fazenda estima que a alíquota-padrão do IVA chegou a 27,91% ao sair da Câmara para o Senado, onde teria avançado mais 0,13 ponto percentual.



Plenário da Câmara: grupo parlamentar prevê votar reforma amanhã

Mas os deputados, na primeira votação, definiram que, quando o IVA passar de 26,5%, o gover-

no terá que enviar projeto para reduzir a alíquota-padrão. Portanto, a reforma correrá risco de

CASHBACK

A Câmara rejeitará o desconto na alíquota do IVA sobre saneamento colocado no projeto pelo Senado, segundo o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), relator da regulamentação da reforma na Casa. Na primeira votação do projeto na Câmara, foi aprovado um mecanismo de cashback para devolver recursos do imposto sobre saneamento para consumidores mais pobres.

O Senado ampliou o desconto, mas a medida refletiu no aumento da alíquota-padrão do IVA em mais de 0,10 ponto percentual. Lopes afirmou que se trata de um “tema delicado”, mas indicou como o assunto será tratado no relatório. “Entendemos que o cashback para o saneamento é o melhor caminho”. O secretário da Reforma Tributária, Bernard Appy, idealizador da proposta há muitos anos, afirmou que “infelizmente” não é mais possível incluir as armas de fogo no Imposto Seletivo. O deputado Cláudio Cajado (PP-BA) disse que é provável que a votação da proposta fique para amanhã. Ele está no grupo que discutiria ontem as mudanças com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em seguida, haveria uma conversa com líderes de bancada e, posteriormente, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

ser revisado logo após entrar em vigor.

“Na minha opinião, a capacidade arrecadatória

desses instrumentos é muito superior à estimativa que o Ministério da Fazenda fez. Acredito que, no pleno funcionamento do atual sistema, com todos os regimes de isenções, a alíquota pode chegar na casa de 25%”, declarou o deputado.

Essa posição também chegou a ser defendida pelo relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), ao ser cobrado sobre a subida da alíquota-padrão.

Lopes mencionou mecanismos da reforma tributária para formalizar a economia como motivos para esse potencial maior de arrecadação.

DISCUSSÕES COM LIRA

Os deputados mais envolvidos na discussão estão analisando as alterações na regulamentação da tributária feitas pelo Senado. Esse grupo de trabalho do tema começou a conversar ontem com representantes do governo e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) sobre a regulamentação da reforma.

A ideia é acelerar as articulações para votar novamente a proposta na Câmara o mais rápido possível. (Estadão Conteúdo)